

João Bernardo

LABIRINTOS DO FASCISMO

Na encruzilhada da ordem e da revolta

Edições Afrontamento

*Para o Tiago,
para que saiba que perguntar é mais importante do que responder.*

*À memória de Maurício Tragtenberg,
que sempre indagou sem recear as respostas.*

Título Labirintos do Fascismo. Na encruzilhada da ordem e da revolta

Autor João Bernardo

© 2003, João Bernardo e Edições Afrontamento

Edição Edições Afrontamento / Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto

Colecção Biblioteca das Ciências do Homem / História 24

Imagem da Capa Giovanni Battista Piranesi (1720-1778), *Le Carceri*, gravura VII da segunda série

Nº de edição 859

ISBN 972-36-0578-3

Depósito legal 199063/03

Impressão e acabamento Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira
Outubro de 2003

AGRADECIMENTOS

Maurício Tragtenberg facultou-me o acesso à sua biblioteca e aos seus conhecimentos bibliográficos, tão bem fornecida uma como os outros, e teve o interesse de discutir comigo certas facetas do fascismo. Quando se encontrava já fatalmente doente, Maurício leu o manuscrito de uma primeira versão desta obra e comunicou-me um entusiasmo que me estimulou a prosseguir o trabalho. Rita Delgado teve a paciência de percorrer detalhadamente vários capítulos numa redacção já muito adiantada. Sem a sua crítica minuciosa teriam sido mais numerosos os contra-sensos e a indefinição de perspectivas, que tantas vezes escapam à atenção de um autor. Para dois capítulos especialmente delicados pedi a Rui Canário que fizesse de advogado do diabo, papel que ele sempre desempenha com perfeição. Em casa de Jürgen Doll encontrei repetidamente a hospitalidade que me permitiu prosseguir as pesquisas e tive, como de costume, ocasião para discutir os temas do fascismo, e muitos outros. Gianni Carrozza permitiu-me beneficiar do seu talento culinário, dos seus excelentes vinhos, dos seus conhecimentos de história contemporânea, da sua competência de bibliotecário e de algumas das obras que lhe recheiam as prateleiras. Pablo Ortellado assinalou-me vários livros com um interesse directo para a análise do fascismo. Salomão Sequerra Amram teve a gentileza de me prestar informações acerca da acção desenvolvida por Samuel e Joel Sequerra em prol dos refugiados do nazismo.

ÍNDICE

17 O Labirinto

PARTE 1

23 A Teia dos Fascismos

25 CAPÍTULO 1: Definição de Fascismo

25 1. Revolta na ordem

35 2. Itália: «Hoje a vossa vez já passou!»

44 3. Alemanha: «Agora os patrões vão ser de novo o dono da casa»

51 CAPÍTULO 2: Os contornos do Fascismo

51 1. O eixo radical do fascismo e o seu eixo conservador

66 2. Itália: A conjugação gradual do eixo radical com o eixo conservador

83 3. República Social Italiana: A dissolução do campo institucional do fascismo

88 4. Portugal: Um fascismo surgido do eixo conservador reduziu ambos os eixos a uma expressão mínima

100 5. Alemanha: O eixo radical nunca dispensou o eixo conservador

109 6. Espanha: A formação do campo institucional do fascismo

116 7. Romênia: O eixo radical e o eixo conservador destruíram-se mutuamente

120 8. Áustria: Um equilíbrio errado entre as instituições do fascismo

125 9. Japão: A hegemonia do eixo conservador sobre o eixo radical

136 10. França: A impossibilidade de articular o eixo conservador com o eixo radical

153 **CAPÍTULO 3: O Momento Histórico dos Fascismos**

- 153 1. «O partido da nação em cólera»
156 2. Reino Unido: «A vanguarda de uma revolução que não chegou a existir»
161 3. O fascismo como via para superar uma economia bloqueada
167 4. Da guerra mundial à revolução internacional
179 5. A «trincheirocracia»

183 **CAPÍTULO 4: Perspectivas de Crítica ao Fascismo**

- 183 1. A crítica do fascismo requer uma crítica do capitalismo e uma autocrítica do movimento operário
184 2. Elitismo liberal e elitismo fascista
189 3. As democracias refizeram uma virgindade
197 4. Totalitarismo e autoritarismo
201 5. Ernst Nolte
204 6. Ensaios de explicação marxista do fascismo
213 7. O marxismo foi incapaz de explicar o nacionalismo e o racismo

PARTE 2

219 **Uma Política sem Economia?**

221 **CAPÍTULO 1: O Financiamento dos Partidos Fascistas**

- 221 1. Itália: «Temos Mussolini nas nossas mãos». Teriam?
225 2. Alemanha: «Procurei convencer o Führer de que a iniciativa privada devia ser reconhecida como a base da política económica do partido». Mas até quando?
233 3. Espanha: Nem conseguiram comprar quem queriam nem aqueles que compraram lhes valeram a despesa
236 4. França: Pucheu enganou-se ao julgar que comprara Doriot

239 **CAPÍTULO 2: Elites e Economia**

- 239 1. Elites e classes sociais
244 2. Itália e Alemanha: Entre a economia privada e a economia de Estado

259 **CAPÍTULO 3: O Nacional-Socialismo como Metacapitalismo**

- 259 1. Capital produtivo e capital especulativo
262 2. A substituição do programa económico por um programa racial
266 3. O racismo contra a economia
283 4. Teoria dos gestores como classe pós-capitalista
294 5. O escravismo de Estado soviético

PARTE 3

303 **Os Gestores e o Fascismo**

305 **CAPÍTULO 1: A Salvação da Burguesia pelos Gestores**

- 305 1. A hegemonia política dos gestores
307 2. Itália: «Não se deve afundar o barco da burguesia, mas entrar nele para expulsar a burguesia improdutivo»
313 3. Alemanha: «Para conquistar o apoio das massas a um projecto de ressurreição nacional nenhum sacrifício social é demasiado grande»
315 4. Espanha: «Vamos lutar para que sejam impostos sacrifícios a muitos dos membros da nossa classe»
319 5. Portugal: Uma «nova classe», formando «o elemento activo da nova ordem política»

327 **CAPÍTULO 2: Tecnocracia Liberal e Tecnocracia Fascista**

- 327 1. A tecnocracia e o controlo técnico da informação
329 2. Espanha: Um homem obscuro
331 3. França: As *Grandes Écoles*
339 4. O Banco de Pagamentos Internacionais

PARTE 4

345 **Convergências entre a Direita Radical e a Esquerda Revolucionária**

347 **CAPÍTULO 1: A «Nação Proletária»**

- 347 1. O marxismo entre o racionalismo da burguesia revolucionária e o irracionalismo dos românticos contra-revolucionários

357	2. Marx e Engels transpuseram a luta de classes para a luta de nações
386	3. O colonialismo socialista da Segunda Internacional
390	4. Corradini encontrou-se com os sindicalistas revolucionários na «nação proletária»
397	5. Sorel e os sindicalistas revolucionários encontraram-se com a extrema-direita na hostilidade à democracia burguesa
414	6. Mussolini, o mais improvável dos fascistas
421	CAPÍTULO 2: O Nacional-Bolchevismo
421	1. A conquista das massas pelo fascismo
425	2. Irlanda: Quase um nacional-sindicalismo
429	3. Rússia: A aplicação do bolchevismo no quadro nacional
448	4. Rússia: As duas versões da teoria da revolução permanente
472	5. Itália: Gramsci bateu à porta de D'Annunzio
479	6. Alemanha: Os comunistas procuraram ultrapassar a social-democracia pela esquerda e o nacional-socialismo pela direita
504	7. Alemanha: O populismo nacional-socialista era o espelho do nacional-bolchevismo dos comunistas
510	8. Alemanha: A herança do nacional-bolchevismo nos movimentos de oposição ao regime nazi
513	9. Alemanha e Rússia: As relações entre a Reichswehr e o Exército Vermelho
518	10. Catalunha: Um ensaio de anarco-nacionalismo
520	11. África do Sul: «Proletários de todo o mundo uni-vos, por uma África do Sul branca!»
529	CAPÍTULO 3: A Frente Popular Antifascista
529	1. Jacques Doriot
535	2. Gaston Bergery
537	3. Marcel Déat
538	4. Otto Strasser
541	CAPÍTULO 4: A Tripla Guerra Civil em Espanha
541	1. Por que razão os trabalhadores não desencadearam uma guerra de guerrilhas?
548	2. Os comunistas e a guerrilha

552	3. As relações entre os fascistas e certos meios da extrema-esquerda
558	4. As tensões no interior do fascismo
560	5. «Que venham a nós todos os marxistas que quiserem. Recebê-los-ei de braços abertos!»
564	6. As relações entre Indalecio Prieto e os fascistas
569	7. As barricadas de Maio de 1937 em Barcelona
574	8. As relações entre os anarquistas e os fascistas após o final da guerra civil
579	PARTE 5 Racismo
581	CAPÍTULO 1: A Linhagem do Racismo Nacional-Socialista
581	1. Raça de senhores, sub-homens e anti-raça
639	2. A conversão das línguas em raças pelo romantismo germânico
651	3. O aparecimento do racismo na obra de Darwin
657	4. Geopolítica
659	5. Eugenia
667	6. O racismo nos Estados Unidos durante a segunda guerra mundial
682	7. A fome de Bengala
684	8. «O horror! O horror!»
689	CAPÍTULO 2: Fascismo Filo-Semita, Sionismo Filofascista e Sionismo Fascista
689	1. Seriam casos isolados?
691	2. Itália: Entre o fascismo filo-semita e o fascismo anti-semita
703	3. Sionismo filofascista e sionismo fascista
727	4. Espanha: Um fascismo filo-semita
731	PARTE 6 Estética
733	CAPÍTULO 1: O Fascismo como Estética
733	1. O fascismo foi uma estética por necessidade
739	2. O futurismo entendeu a violência política como um dinamismo estético
752	3. Itália: «Não sou um estadista, sou um poeta»
755	4. Portugal: «Transformar Portugal rústico numa constante exposição viva de arte popular»

760	5. Alemanha: «Sou um artista, não um político»
767	6. A estética como divertimento cruel
771	CAPÍTULO 2: O Fascínio da Morte
771	1. O sublime
778	2. O jardim inglês
785	3. As ruínas
799	4. <i>Le Carceri e Los Desastres de la Guerra</i>
803	5. «Essa morte que é verdadeiramente o grande interesse da vida»
806	6. Itália: «Só gostamos do sangue quando o vemos jorrar das artérias»
808	7. Alemanha: «Talvez a morte seja o único acontecimento da vida»
813	8. Romênia: «O mais belo aspecto da vida é a morte»
814	9. Espanha: « <i>Viva la muerte!</i> »
	PARTE 7
827	O Fascismo Pós-Fascista
829	CAPÍTULO 1: O Fascismo sem Nome
829	1. A dissimulação ideológica do fascismo permitiu-lhe uma existência larvar
832	2. França: Os fascistas na resistência antifascista
848	3. França: Os traços do fascismo francês volatilizaram-se na <i>Encyclopædia Universalis</i>
853	4. O fascismo pós-moderno
859	CAPÍTULO 2: «Terceiro Mundo»
859	1. Da «nação proletária» ao «terceiro mundo»
860	2. Japão: Um imperialismo anticolonialista
867	3. Índias Orientais holandesas: O fascismo nipónico criou as instituições da independência
870	4. Timor português: A sociedade colonial dividiu-se entre os colonos que apoiaram os invasores democráticos e os nativos que saudaram como libertadores os novos ocupantes fascistas
872	5. Filipinas: Enquanto o fascismo se repartiu entre o conservadorismo e o radicalismo, a oligarquia manteve a coesão, apesar de indecisa entre a democracia e o fascismo
878	6. Indochina: O fascismo nipónico abriu o caminho aos comunistas

881	7. Birmânia: Os independentistas situaram-se na encruzilhada do comunismo, do fascismo e da democracia
888	8. Índia: O destino de Subhas Chandra Bose mostrou que a síntese do comunismo e do fascismo só pode ser outro fascismo
896	9. Países árabes: O nacional-socialismo descobriu uma vocação anticolonialista
903	10. Estados Unidos: Marcus Garvey, inventor do fascismo
909	11. O terceiro-mundismo é um dos resultados mais duradouros do fascismo
913	CAPÍTULO 3: Raízes de Terra e de Sangue
913	1. A ecologia e o mito da natureza
921	2. Ernst Haeckel, entre a criação da ecologia e a formação do nacional-socialismo
927	Siglas e Nomes
933	Referências Bibliográficas
949	Lista dos Personagens

INTRODUÇÃO

O LABIRINTO

Este é um livro interminável, por isso me permito apresentá-lo inacabado.

Não porque o assunto seja extenso. Outros há de dimensões superiores e, de toda a maneira, a função, ou pelo menos o privilégio, do historiador é cortar onde quiser e seguir o caminho mais curto se achar melhor. São outras as razões por que este livro nunca terá fim.

Antes de mais, não é meu objectivo proceder a uma história factual do fascismo, e muito menos compilar os acontecimentos que preencheram os vários regimes fascistas. Não faltam obras nesse domínio, não vejo razão para lhes acrescentar outra. Pressuponho que o leitor conheça os principais factos a que aqui faço referência e que para ele não sejam epítáfios obscuros os nomes daqueles muitos personagens que entre as duas guerras mundiais se agitaram e tentaram encontrar sentidos numa convulsão social profunda. Será pedir demais? Quando iniciei a minha vida política, as farsas e tragédias dessas figuras, as suas vilezas e heroísmos, as suas traições ou o seu martírio, os seus destinos perduravam ainda na memória colectiva de numerosos interessados. Mas hoje, depois de os grandes anseios ideológicos terem mudado de temas, e quando o que passa por política se centrou noutros interesses e cortou o fio ténue das recordações, sepultando-as no silêncio, haverá ainda razão para supor que daqueles nomes emane algum frémito que possa romper o tédio? Seja como for, não procuro aqui relatar episódios nem biografias, e é para isso aliás que servem as enciclopédias. Mas, ao apresentar-se como um mero processo de reflexão, na continuidade de preocupações já muito antigas, o livro não encontra qualquer razão intrínseca para se encerrar.

As descrições ocupar-me-ão apenas enquanto forma de interpretação. Nem se trata de descrições, mas de percursos pelos factos, escolhendo caminhos mais sinuosos do que directos, como quem deambula pelas ruas para pensar enquanto anda. Numa época em que verosimilmente nenhum detalhe importante acerca do fascismo pode já ser descoberto, este livro justifica-se apenas na medida em que propuser uma nova perspectiva de análise ou,

pelo menos, na medida em que lançar olhares diferentes numa perspectiva que muito poucos têm adoptado. Só assim poderão, com algum fundamento, surgir outras dúvidas e questões e abrir-se campos a esclarecer. O que deveras me interessa é, seguindo o fio de leituras de tantos anos e rememorando experiências directas, alinhar reflexões francamente contraditórias com certos lugares-comuns que, à força de serem repetidos, se apresentam como evidências. Esta não é uma história do fascismo, mas a apresentação histórica de problemas que o fascismo revelou plenamente como tais e que continuam hoje por resolver. É outro, porém, o principal motivo que leva o livro a ser interminável.

A história do fascismo não está concluída, porque o fascismo é ainda uma realidade em transformação. O que resta, ao analisarmos uma época já definitivamente morta, senão a piedade? Que outro olhar podemos lançar, que não seja o de uma ironia carregada de compaixão, ao seguirmos com minúcia as agitações de aztecas ou de merovíngios? Mas é inepto julgar que se pode analisar o nosso tempo sem interferir nele, porque a intervenção na sociedade é assegurada pelo mero facto de aí vivermos, e aliás a própria análise é uma intromissão. Os labirintos do fascismo não são só os meandros que até agora o derrotaram, mas ainda aqueles em que se perderam no fascismo tantos dos que haviam inicialmente sido seus inimigos. Neste sentido o labirinto aprisionou também os historiadores, e julgo impossível reconstruir a história do fascismo sem proceder implicitamente a uma avaliação crítica da sua historiografia.

O interesse da história em nada se refere ao passado. É só o presente que nos deve preocupar, porque é só dele que a nossa prática se ocupa. A inquietação vem precisamente de apenas o futuro iluminar o sentido do que fazemos hoje, e imploramos à história que disperse o nevoeiro, pois no presente em que vivemos nós somos o indubitável futuro do passado que estudamos. Para um animal racional não podia haver ironia mais pesada, a de estarmos condenados a construir às cegas o nosso mundo, porque só os desenvolvimentos posteriores nos esclarecerão as contradições iniciais. Nós conhecemos, sem dúvida, a nossa prática, mas depois de a termos praticado, e talvez estejamos hoje, cegamente, a ocasionar paradoxos não menos macabros.

O fascismo ocupou, em meu entender, o ponto nevrálgico das contradições do movimento operário e, ao mesmo tempo, das contradições internas das classes dominantes. Ele situou-se também de modo muito contraditório nos vários planos a que é habitual remeter os comportamentos na sociedade capitalista. Os fascistas actuaram politicamente na esfera económica, pretenderam fazer política como se fosse uma arte, admitiram para a arte uma inspiração estritamente política, remeteram a filosofia para o mundo da acção, reduziram a acção à vontade do espírito. A única coisa que me move a estudar o fascismo é a ambição de esclarecer, a partir deste amontoado de contradições, as ambiguidades mais íntimas do capitalismo, aquelas que produziram efeitos mais trágicos. Decidi, então, abordar o fascismo não a partir de fora, do campo claro das minhas certezas, mas desde o seu interior, nas encruzilhadas sociais e políticas em que se gerou e nos percursos paradoxais, quando não delirantes, em que prosseguiu à sua ideologia. E verifiquei que é muitíssimo difícil relacionar as consequências do fascismo, vistas *a posteriori*, com os quadros em que se originou e primeiro se desenvolveu, quando conhecidos apenas *a priori*. Esta desarticulação na estrutura das causas e consequências é para mim o grande mistério do fascismo.

Talvez estas páginas pareçam estranhas a quem as ler. Talvez não seja este o fascismo que as pessoas admitem que conhecem, e no espelho da minha visão é muito possível que as outras forças políticas surjam de maneira igualmente inusitada. Mas não escrevo para conforto do leitor, nem meu. É claro que se pusermos de lado tudo o que é incómodo podemos talvez dormir descansados e apresentar como impolutas as paisagens políticas da nossa predilecção. Mas quando se somam os contra-sensos, os contrastes, os becos sem saída, chega-se a uma altura em que é impossível continuar a usar modelos explicativos que deixam o fundamental por explicar. Na história, orientar-se no labirinto implica acima de tudo uma arqueologia do saber, a descoberta de velhas passagens ocultas, de portas tapadas por paredes, de esconderijos, de escadarias e corredores cujo acesso se mantinha secreto. Sejamos prosaicos, porque tudo tem uma expressão tipográfica. Esta arqueologia do saber faz-se olhando para a parte de baixo das páginas, para as notas de rodapé, e também entre as linhas, destacando o que é afirmado no corpo do texto e esquecido nas conclusões. Em matéria de ideologia o silêncio é sempre uma parte do discurso – para a visão crítica é mesmo a sua componente fundamental – por isso o lugar do silêncio está bem marcado, e quanto mais claramente definido ele for tanto mais gritante será, e mais o abafarão numa plethora de palavras. Tal como, na arqueologia dos objectos materiais, os acúmulos de terra podem indicar que haja ali tesouros escondidos.

Para o historiador, descobrir nunca é assinalar factos, mas rasgar as camadas do discurso proferido sobre factos. Os factos estão onde sempre estiveram, temos as suas acções e os seus efeitos incorporados em cada um de nós, independentemente de lhes sabermos da existência ou lhes conhecermos os processos. Por isso eles são factos. Mas não é de factos que a história se alimenta, embora seja a mais enganadora das formas ideológicas, porque oculta sempre a sua prosa por detrás da máscara empírica. Orientarmo-nos no labirinto da história é passar, mediante palavras, para além de outras palavras. E descobrimos que muito do que tem sido dito se destina a silenciar o que não se quer dizer, com um tal grau de sistematicidade que, segundo uma lógica rigorosa, deveríamos afirmar que nestes assuntos o único e verdadeiro dito é o não dito. O que podem ser, no caso do fascismo, os silêncios da historiografia? O que a política do fascismo teve de propriamente fascista não foi a criação de factos, mas a emissão de discursos sobre os factos. O fascismo foi sempre um exercício de *travestissement* numa estética de *trompe l'oeil*. Como se conseguirá, então, romper o labirinto, se depois de rasgarmos os discursos da história e desvendarmos as suas perversidades chegamos, como objecto último, a um mero discurso, e o mais perverso de todos, o que teve como exclusiva razão de ser o revestimento dos factos numa cerimónia de máscaras?

E vou adicionando as contradições sociais e políticas e estéticas daqueles anos entre as duas guerras mundiais, para ficar sempre com a certeza de que em vez de resolver as questões as desdobrei em dúvidas ainda maiores, num labor que jamais poderá ter fim. Como alguém que fechado numa casa procura a saída para a rua, o jardim, o sol, mas que a cada porta que abre só entra em novas salas e quartos, com outras portas, que dão para outros quartos e salas. É um pesadelo, evidentemente. Se «o sonho da razão produz monstros», não devemos afinal espantar-nos de viver um interminável pesadelo quando penetramos na sem-razão alheia.

Talvez, afinal, o labirinto seja o único modo de existência real do irracionalismo fascista, possível de ser destruído materialmente, mas não de ser desarticulado intelectualmente. Se o segredo do irracionalismo consiste em convocar a acção para introduzir a coerência que falta no plano racional, só através de uma acção contrária se pode liquidar um tal artifício. Mas este confronto entre acções ocorre ainda no plano exterior à razão, por isso reforça o irracionalismo. E, se assim for, não será esta uma das ciladas menores do labirinto.

«El sueño de la razón produce monstruos».

Francisco de Goya

PARTE 1

A Teia dos Fascismos

Definição de Fascismo

1. REVOLTA NA ORDEM

Durante um curso que dei em 1994 na Unicamp, a Universidade Estadual de Campinas, um dos alunos pediu-me que definisse o fascismo em três palavras. «Literalmente? Em três palavras?» «Sim, em três». O curso versava a tensão existente entre a coesão social do capitalismo e a sua ruptura: as contradições de uma coesão social assente na exploração; os movimentos de ruptura e a constituição de novos princípios de organização da sociedade; os limites com que estas novas formas de organização têm até agora deparado e a sua recuperação pelas classes dominantes, que reestruturam assim a coesão social. Defini então o fascismo, em três palavras, como a revolta no interior da coesão, chamando a atenção para a sua ambivalência, ao mesmo tempo radical e conservador. Ernst von Salomon depositara as esperanças «numa renovação da ideia de Estado, que seria revolucionária nos métodos mas conservadora na sua natureza»¹. O fascismo mobilizou os trabalhadores para efectuar uma revolução capitalista contra a burguesia ou, talvez mais exactamente, apesar da burguesia. O fascismo foi uma revolta na ordem. «A revolução, quando é bem feita», escreveu José Antonio Primo de Rivera, «tem como característica formal “a ordem”»². Corradini saudou o fascismo italiano como «uma revolução que se efectua no interior da ordem estabelecida»³ e Mussolini, com a sua habitual desenvoltura, proclamou em Março de 1921: «Nós damos-nos ao luxo de ser aristocratas e democratas, conservadores e progressistas, reacçãoários e revolucionários»⁴. Também Salazar, quando era ainda ministro das Finanças e mal começara a implantar em Portugal a sua peculiar versão do fascismo, advertiu um jornalista de que «é necessário fazer neste país uma grande revolução na ordem para evitar a que outros fatalmente fariam na desordem»⁵.

(1) E. Salomon (1993) 618.

(2) José Antonio em *La Nación*, 28 de Abril de 1934, reproduzido em A. Río Cisneros et al. (orgs. 1945) 478.

(3) Esta passagem de um artigo de Enrico Corradini, publicado em *Gerarchia* de Janeiro de 1925, vem citada em P. Milza (1999) 588.

(4) Citado em A. Lyttelton (1982) 71.

(5) Entrevista de Salazar ao *Novidades*, 1 de Maio de 1929, citada em F. Nogueira [1977-1985] II 36.

A ordem é o Estado, e não existe no Estado capitalista qualquer lugar neutral, nenhuma arena onde exploradores e explorados possam medir forças e definir espaços, somando avanços e recuos e traçando demarcações que persistam ao longo do tempo. Muito mais do que um conjunto de instituições, funcionando como aparelho ao serviço dos poderosos, o Estado é um princípio de organização geral das instituições. Se Engels, numa passagem célebre, afirmou que o Estado tem origem na sociedade e que ele próprio se coloca acima da sociedade, é necessário não cedermos à ilusão e vermos o Estado não onde ele projecta a sua imagem refractada, mas onde ele na verdade se situa. Contrariamente ao que sucedeu em vários impérios da Antiguidade, e de certo modo também no regime senhorial, em que a classe dominante cobrava o tributo a uma população que em grande parte vivia e produzia obedecendo a estruturas próprias, no capitalismo a classe explorada não se limita a sustentar o peso dos exploradores, mas recebe deles o quadro e as modalidades em que se organiza. O Estado capitalista não é apenas uma plataforma que as classes dominantes usam para se constituírem internamente nem um simples instrumento de opressão dos explorados. Na sociedade actual uma classe domina na medida em que dita a organização interna da classe dominada. Princípio de auto-organização das classes capitalistas, o Estado é ao mesmo tempo o princípio da hetero-organização da classe trabalhadora.

Esta abordagem da esfera política em termos de hetero-organização e de auto-organização insere-se no mesmo complexo de conceitos que inclui a alienação e a mais-valia, concebidas enquanto modalidades de cisão interna. O conceito de alienação é um utensílio crítico vocacionado para os campos filosófico, antropológico e psicológico, permitindo mostrar que a classe trabalhadora e os trabalhadores individualmente considerados geram formas culturais e mentais que, ao mesmo tempo que os exprimem, lhes são hostis. Transportada para o plano económico, a alienação desdobra-se na mais-valia e desvenda o segredo do crescimento da riqueza, da desigualdade na distribuição dos bens e do exclusivismo na atribuição do controlo social. Ao transferir estes termos para o domínio político conclui-se que a noção de hetero-organização caracteriza a situação de quem é alienado culturalmente e explorado economicamente.

A exploração da mais-valia resulta da cisão operada no interior do processo produtivo, concebido enquanto desenrolar do tempo de trabalho. Este processo divide a sociedade em classes antagónicas e precipita num lado aqueles cujo tempo de trabalho é controlado por outros, e no lado oposto aqueles que detêm o controlo do seu próprio tempo de trabalho e do tempo de trabalho alheio. É em função da produção e da expropriação da mais-valia que se devem definir as classes sociais no capitalismo. Neste plano, e só neste plano, elas têm uma existência permanente e são a raiz de todas as manifestações sociais. Aqueles que não controlam o seu próprio tempo de trabalho e a quem é, por isso, extorquida a mais-valia constituem a classe trabalhadora. E as diferentes formas como o processo de trabalho é controlado e dirigido determinam as modalidades de apropriação inicial da mais-valia e, por aí, a inclusão dos capitalistas em duas grandes classes sociais. A direcção individualizada do processo de trabalho e a apropriação da mais-valia graças ao direito de propriedade particular caracterizam a classe burguesa, enquanto a classe dos gestores controla os processos de trabalho de maneira colectiva e o seu direito à apropriação da mais-valia tem origem no status e deve-se à cooptação no âmbito dos organismos dirigentes.

Este nível de existência das classes sociais é fundamental para se analisar o funcionamento da economia e para se preverem os traços gerais da evolução económica. No plano da produção e da apropriação da mais-valia as classes formam-se, reorganizam-se e reconstituem-se incessantemente e os seus efeitos são sempre observáveis, quaisquer que sejam as ilusões que as pessoas possam ter acerca da classe em que se inserem, ou mesmo a respeito da divisão da sociedade em classes. Todavia, além de ser uma entidade económica, cada classe começa a assumir também uma realidade sociológica quando os seus membros tomam consciência da posição social que ocupam, adoptando então algumas formas de vida comum e ostentando certos traços culturais que se destinam a proclamar a sua inserção nessa classe e, ao mesmo tempo, a sua distinção relativamente às demais classes. Os conceitos *em si* e *para si* esclarecem tal transformação. O reforço da sua posição prática nas lutas sociais permite que uma classe definida em si, no plano económico da produção e da apropriação da mais-valia, adquira identidade cultural e política e assuma uma realidade sociológica para si, convertendo-se numa classe perante os seus próprios membros e os membros das outras classes. A longo prazo, nos movimentos amplos e mais profundos, a luta de classes consiste na oscilação da classe trabalhadora entre as fases da dissolução da sua existência para si e as fases em que, depois de uma reorganização interna mais ou menos demorada, ela apresenta novos tipos de existência para si. Nas rupturas revolucionárias a classe trabalhadora surge com uma enorme coesão política interna e uma consciência fortíssima da sua identidade sociológica e cultural, enquanto a burguesia e os gestores se mostram internamente repartidos e inseguros quanto aos padrões culturais e políticos que devem seguir. Reciprocamente, durante os seus longos períodos de apatia a classe trabalhadora limita-se a uma existência económica e, deixando de ter referências políticas e culturais próprias, os seus membros procuram – em vão – imitar formas de comportamento dos membros das classes dominantes.

Nesta dialéctica ininterrupta os trabalhadores não levam uma vida única, mas duas vidas. Isto explica a diferença fundamental entre a cultura proletária, com todas as ambiguidades históricas que nela se têm encerrado, e a cultura dos capitalistas, que por comparação quase parece desprovida de equívocos. Ao mesmo tempo que se inserem no capital e o fazem funcionar, os trabalhadores entram em choque com ele, e esta dualidade é tão sistemática que os administradores de empresa, situados no próprio cerne dos antagonismos sociais, sabem que gerir a actividade produtiva consiste acima de tudo em administrar conflitos. Muitas vezes a insatisfação dos trabalhadores não ultrapassa os limites da iniciativa individual, e mesmo a mobilização conjunta de um bom número de pessoas manifesta-se na grande parte dos casos de maneira passiva, sendo toda a condução do processo entregue a dirigentes políticos ou sindicais. Enquanto os trabalhadores circunscreverem os movimentos de luta ao quadro das burocracias já existentes, ou quando deixarem burocratizar as lutas, não conseguirão assumir o controlo das suas formas de organização. Neste caso os trabalhadores continuam hetero-organizados e a sua existência enquanto classe no plano económico não se manifesta no plano sociológico. Por isso, em vez de romperem com o Estado, eles reproduzem-no em novas modalidades. Só quando os trabalhadores, além de se mobilizarem colectivamente, põem em causa os princípios de organização hegemónicos e criam modelos novos, derivados do próprio contexto da luta e reflectindo as necessidades

aí sentidas – e só neste caso – podemos dizer que eles combatem activamente o capital, porque começam então a auto-organizar-se, rompendo com o Estado capitalista e tecendo noutro plano as suas relações de solidariedade.

E quando uma maioria de trabalhadores se deixa mover e conduzir, tantas vezes em episódios de incrível violência, para restabelecer o capitalismo numa nova modalidade, e neste processo se confronta com uma minoria de trabalhadores auto-organizados, desejosos de se oporem a todas as formas do capital, e admite que eles sejam derrotados e liquidados? Foi isto mesmo o fascismo, sustentado por uma convulsão interna da classe trabalhadora, que jogou uma das suas vidas contra a outra, tal como alguém atingido por certas psicoses se contorce e agride a si próprio, e neste exacerbamento da sua contradição interna os trabalhadores agravaram a hetero-organização que os vitimava. O trabalhador fascista caracterizou-se por possuir um profundo ódio aos ricos, aliado a uma lamentável estreiteza de horizontes, que o impedia de se inserir nas redes de solidariedade da sua classe e de ter acesso a uma compreensão do processo histórico. Um anarquista de extrema-direita que foi um dos melhores escritores do fascismo pretendeu, num livro abjecto, que «a consciência de classe é uma balela, uma demagógica convenção. O que cada operário quer é sair da classe operária, tornar-se burguês, o mais individualmente possível, o mais depressa possível»⁶. Sempre que a hostilidade aos ricos não é acompanhada por qualquer sentimento de classe, o fascismo não anda longe.

As massas populares assentam a sua existência, enquanto massas, na desorganização da classe trabalhadora. A perda de consciência sociológica da classe trabalhadora e a sua redução a uma entidade meramente económica é caracterizada, no plano político, por uma conversão da classe em massas. Foi este um dos objectivos básicos do fascismo. A revolução, no sentido da destruição da ordem capitalista e da sua substituição, ou tentativa de substituição, por outra ordem, é feita pela classe trabalhadora. Mas a revolta no interior da ordem deveu-se às massas populares. Os horizontes estreitos que confinam cada elemento das massas e o impedem de imaginar outra coisa além da possibilidade de ascensão no interior das hierarquias existentes devem-se à fragmentação da classe, com o consequente isolamento recíproco dos seus membros. Na classe cada trabalhador encontra a sua projecção histórica. E nos elos estruturantes da classe, que são constituídos pelos mecanismos de solidariedade, os trabalhadores encontram uma razão de ser oposta à do capitalismo. Mas nas massas os trabalhadores dispõem apenas da individualidade que lhes foi forjada pelo capitalismo. Se cada trabalhador vive simultaneamente duas vidas, uma que o insere no capital e outra em que manifesta o seu descontentamento, isto significa que cada trabalhador se encontra dividido entre as massas e a classe. É a partir daqui que podemos analisar as formas específicas de organização que os fascistas implantaram nas suas milícias, nos seus partidos e nos seus sindicatos, em que a ausência de qualquer capacidade de iniciativa da base correspondia à sua fragmentação e à sua redução aos indivíduos, assegurando o prevalecimento incontestado das hierarquias. Do mesmo modo, nos festivais e desfiles que desempenharam um tão grande papel no exercício fascista da política, cada indivíduo não era mais do que um figurante, como que um espelho do modelo geral, multiplicando todos eles, até ao infinito, essa imagem singular, enquanto a coreografia do conjunto

se organizava em função da figura central e exclusiva do chefe. Este foi um dos aspectos em que o fascismo esteve mais próximo dos liberais do que dos conservadores. Com efeito, para os conservadores o povo constituía uma totalidade orgânica, irredutível à soma de individualidades idênticas que constitui a massa. Foi o modelo liberal do cidadão – o indivíduo consumidor da economia ou o indivíduo eleitor da política – que presidiu à noção fascista de massas. Enquanto que a noção conservadora de totalidade social orgânica, deslocando-se da globalidade do povo para uma sua fracção, inspirara a noção marxista de classe.

O objectivo do trabalhador fascista não era substituir a sociedade capitalista por uma sociedade baseada noutros princípios, o que seria possível apenas através do desenvolvimento da solidariedade de classe. O trabalhador fascista desejava simplesmente ascender no interior das estruturas existentes, desalojar os antigos patrões e tornar-se ele próprio patrão ou, se não o conseguisse, pelo menos ter junto de outros como ele, nas milícias de arruaceiros, a ilusão do poder, reduzido à brutalidade da força física. Um desejo de ascensão que não punha em causa o fundamento das estruturas prevaletentes era uma revolta dentro da ordem, e esta conjugação entre a estreiteza de horizontes e os sonhos de grandeza explica a miséria grandiloquente da cultura fascista, as roupagens megalómanas e os acessórios de teatro com que se adornaram os lugares-comuns mais banais. «A banalidade é a contra-revolução», definiu o escritor Isaac Babel na jovem Rússia soviética⁷, e anos mais tarde, numa Alemanha nas vésperas do nazismo, Thomas Mann prevenia, numa tumultuosa conferência, que «já não se erguem obstáculos no caminho para a vulgaridade»⁸.

O mundo contemporâneo sustenta-se numa tensão permanente entre a esfera do Estado, que corresponde sempre para os trabalhadores a formas de hetero-organização e que reproduz e avoluma o capital, e a esfera da auto-organização dos trabalhadores, em que se processam as lutas colectivas e activas contra o capital e onde existe em germen o modelo de uma sociedade diferente, de um novo modo de produção. Estas duas vidas dos trabalhadores supõem os princípios antagónicos de duas sociedades inteiramente opostas, uma assente na desigualdade e na exploração, e outra onde se reproduzem e amplificam os elos de solidariedade, de igualitarismo e de espírito colectivo que presidem às manifestações de luta mais avançadas. Aquilo que a linguagem corrente denomina conquistas dos trabalhadores não ocorre na esfera do Estado nem se preserva mediante a criação de novas instituições burocráticas, a adicionar às muitas mais de que o Estado já dispõe. Houve uma época em que, nalguns países, um certo liberalismo pareceu oferecer o antídoto eficaz à invasão de todos os aspectos da vida pelo capitalismo. Mas tratava-se de um liberalismo de aristocratas em declínio, de artesãos, de pequenos comerciantes e de camponeses independentes, resultando da persistência de formas económicas arcaicas e de relações sociais de *Ancien Régime*, e só por uma ilusão compreensível, mas funesta, o proletariado procurou proteger-se da exploração invocando valores condenados devido ao seu carácter obsoleto. Hoje, esvaziado do conteúdo inicial e reduzido à mais manifesta das hipocrisias, o

(7) Citado por Ernst Bloch num artigo em *Das Tagebuch*, 12 de Abril de 1924, reproduzido em A. Kaes et al. (orgs. 1995) 149.

(8) A conferência de Thomas Mann, *Appell an die Vernunft (Um Apelo à Razão)*, pronunciada em Outubro de 1930, encontra-se antologizada em id., *ibid.*, 150-159. A passagem citada vem na pág. 154.

(6) Esta passagem de Céline em *Bagatelles pour un Massacre* encontra-se citada em P. Sérant (1959) 47.

liberalismo é a denominação política de uma economia sistematicamente assente no desenvolvimento da mais-valia relativa.

Os avanços dos trabalhadores verificam-se unicamente na esfera alheia ao Estado, e são sinónimo de auto-organização. O Estado não constitui um terreno neutro, uma balança onde a cada instante se ajustem os equilíbrios entre o capital e o trabalho. A luta entre ambos consiste no antagonismo fundamental – e inconciliável – entre a hetero-organização dos trabalhadores e a sua auto-organização, entre a redução dos trabalhadores a uma existência económica e a aquisição de uma identidade sociológica. Nenhuma instituição pode conjugar de maneira duradoura a subordinação dos trabalhadores às formas de enquadramento capitalistas e a invenção pelos trabalhadores de outras modalidades de organização, no interior das quais o capital não se consiga reproduzir. A luta, declarada ou latente, é o modo de articular ambas as esferas institucionais. O trabalhador leva duas vidas, e jamais as pode integrar num comportamento único.

Nas épocas em que os trabalhadores detêm a iniciativa, o crescimento das formas de organização colectivas e activas implica uma crise do capital, que vê comprometidas as suas possibilidades de reprodução. Em última análise, são os critérios de organização a decidir o destino destes confrontos. Triunfa a classe que atinge um grau superior de coerência interna e, apesar dos interesses contraditórios que os dividem e da concorrência em que se defrontam, os capitalistas têm-se revelado cada vez mais estreitamente unidos pela concentração económica, desenvolvida hoje no plano transnacional. Por seu lado, os proletários, embora com frequência tenham conseguido pôr de parte a concorrência que os separa no mercado de trabalho, só muito raramente deram mostras de ultrapassar as distinções de nacionalidade, de língua, de religião, de tradições culturais, a própria cor da pele. A incapacidade de atingir uma dimensão internacional tem sido a causa última a comprometer o progresso da esfera de auto-organização dos trabalhadores e a assegurar o restabelecimento da hetero-organização em modalidades sempre mais avassaladoras. Neste vaivém entre os dois princípios organizativos definem-se os ciclos longos da reprodução do capital.

Nos confrontos sociais, porém, as instituições não se extinguem. Transformam-se e acabam por assumir uma realidade contrária àquela que presidira ao seu nascimento. De cada vez a esfera do Estado tem conseguido assimilar e recuperar em seu benefício instituições que haviam sido criadas na esfera da auto-organização dos trabalhadores durante as fases em que estes se haviam mostrado colectivamente capazes de actividade e de iniciativa própria. A passagem de uma para outra esfera corresponde a uma burocratização dessas instituições e consiste na inversão do seu funcionamento e dos seus objectivos sociais. A história do movimento operário é feita de inspirações emancipadoras que, mal começaram a ser realizadas, depararam com os obstáculos erguidos à generalização da luta, definharam e degeneraram, para serem reconvertidas pelo capitalismo em novos quadros de opressão e de valorização do capital. Desde a reivindicação da igualdade jurídica e o reconhecimento do direito de coligação no mercado de trabalho, desde as cooperativas e outras formas de solidariedade, passando pelo sufrágio universal, a instrução para todos e a colectivização da propriedade, até às mais recentes manifestações práticas de autonomia e de capacidade para gerir directamente a produção e a vida social, todos estes grandes temas da emancipação dos trabalhadores e do fim da exploração, depois de verem um começo de realização

enquanto modalidades de auto-organização, foram absorvidos pelo capitalismo, que lhes deu um carácter de hetero-organização e portanto os transformou num sustentáculo do Estado. Os capitalistas não são exploradores apenas no plano económico, mas na plena dimensão histórica, já que se esforçam sempre por adaptar à sua imagem quaisquer instituições que comecem por se manifestar em sentido oposto. A história do capitalismo, ou seja, o desenrolar da luta de classes, consiste na miríade de vias e de modalidades que permitem a passagem da auto-organização para o seu contrário, a hetero-organização.

Todavia, para que seja eficaz este processo tem de alterar – ou melhor, adulterar – a substância das instituições enquanto lhes conserva a aparência, dando assim outro relevo à dicotomia entre forma e conteúdo. Pelo menos durante algum tempo oculta-se a transformação do conteúdo através da continuidade mistificadora da forma, erigindo-se por isso a forma em critério decisivo. Mas não é este mesmo o lugar da arte? Na arte a forma é o verdadeiro conteúdo, ou antes, o conteúdo é cada espectador, que sente e interpreta o objecto artístico exclusivamente enquanto forma, para nele projectar a sua prática própria e as suas expectativas. Se pretendermos aplicar-lhe um critério objectivo, a arte é completamente ambígua, só atingindo rigor na dimensão subjectiva, em relação com cada espectador, em cada instante. Por isso a linguagem, veículo da arte, é equívoca. A comunicação nunca é uma relação directa entre pessoas, mas sempre uma relação mediada pela linguagem, e portanto pela forma artística. A comunicação não pressupõe a univocidade, mas exige o seu exacto contrário, a ambiguidade, de maneira que uma identidade formal sustenta a ficção das aparências e permite a coexistência de realidades antagónicas e a transformação interna das instituições no seu oposto.

O processo de recuperação institucional que tem assegurado ao capitalismo não só a sobrevivência mas uma colossal expansão opera-se dentro dos quadros lógicos da actividade artística. Ao abandonar a esfera da auto-organização e ao assumir nova realidade na esfera da hetero-organização, uma instituição mantém o seu nome, e é esta persistência formal que, ocultando a degenerescência sob um véu de continuidade, lhe assegura a eficácia prática. «Nunca se deve começar pela direita», observou um sagaz político francês, Pierre Laval, já maduro e experiente – mas também poderia ter sido Aristide Briand, e tantos outros – aconselhando um seu jovem colega que cometera o erro de se candidatar ao parlamento numa lista de direita. «Deve começar-se pela esquerda, pela esquerda mais extrema, e progredir-se depois para a direita, lentamente»⁹. É curioso verificar que Giuseppe Bottai chegou às mesmas conclusões, mas através de um processo inverso, afirmando num discurso perante a Câmara dos Deputados, em Dezembro de 1929, que os ambiciosos começam revolucionários e que os melhores entre eles se tornam com o tempo ainda mais revolucionários, mesmo que a opinião pública possa julgar o contrário, porque os vê abandonar os métodos de intervenção convencionais¹⁰. Ele referia-se a Mussolini e aos seus seguidores,

(9) Este conselho de Laval a Debu-Bridel encontra-se citado em E. Weber (1965 a) 112. Apesar de tudo Debu-Bridel não se saiu mal, porque começando por militar em várias organizações fascistas, pertenceu depois ao comando supremo da resistência e acabou por ser senador na Quarta República. Ver id. (1964) 134. E assim concluímos que para ir para a esquerda não é necessário abandonar a direita.

(10) G. Bottai (1933) 69.

claro. Entre a fórmula do político francês e a do italiano há toda a diferença que separa as democracias parlamentares do fascismo. Mas elas têm em comum o fundamental, a necessidade de recuperar os temas e os métodos da revolução e de usá-los para fins opostos. A passagem contínua de pessoas do campo da revolução para o campo conservador explica-se porque as palavras não existem desencarnadamente e têm de ser proferidas. Os saltimbancos da política são só emissores de discursos, e a isto se reduz o seu interesse. Denominar da mesma maneira instituições que possuem uma realidade social antagónica e atribuir a uma instituição uma função contrária àquela que originariamente a gerara são operações que apenas se podem entender e definir com os utensílios conceptuais da linguística. No seu processo histórico, a luta de classes, enquanto tensão permanente entre a esfera da hetero-organização e a esfera da auto-organização, constitui a suprema actividade artística e sustenta todas as modalidades específicas de arte.

Nestes termos, o fascismo define-se como a mais ambígua das formas políticas, e portanto como a mais artística de todas elas. O fascismo não se limitou a desnaturar instituições criadas pelas lutas colectivas e activas e a transferi-las para a esfera do Estado, mas transportou para o quadro genérico da opressão o próprio tema da revolução. A revolta no interior da coesão social pressupunha que se tivesse levado a um ponto extremo a dissolução de quaisquer formas de auto-organização, para em seguida hetero-organizar os trabalhadores, obrigando-os a subordinarem-se sem falhas à hierarquia do capital. Se os meios clássicos da política burguesa se revelavam incapazes de levar a cabo a recuperação das instituições que os trabalhadores haviam criado no seu âmbito próprio, então surgiam os fascistas. Em Novembro de 1921, em Roma, discursando no congresso que transformou o seu movimento em Partido Nacional Fascista, Mussolini colocou as alternativas com toda a clareza: «Estaremos com o Estado e a favor do Estado sempre que ele se mostrar um guarda intransigente, um defensor e um propagandista das tradições nacionais; substituir-nos-emos ao Estado sempre que ele se revelar incapaz de enfrentar e combater as causas e os elementos de desagregação interna dos princípios da solidariedade nacional; mobilizar-nos-emos contra o Estado se ele vier a cair nas mãos de quem ameaça a vida do país e atenta contra ela»¹¹. E, como um eco, proclamava em Julho de 1922 o antigo sindicalista revolucionário Michele Bianchi, agora secretário-geral do PNF e um dos seus dirigentes mais poderosos: «Estamos com o Estado e ao lado do Estado quando ele é capaz de se impor, mas quando ele é incapaz, então a própria lógica das coisas torna necessário que nos substituamos ao Estado»¹².

Todavia, para que aquela estratégia pudesse completar-se na prática era indispensável encobrir ideologicamente a renovada opressão com a referência às velhas palavras emancipadoras. «Não só o fascismo se apodera de *slogans* [...] mas, nas suas modalidades mais radicais, todos os seus processos de pensamento sofrem, consciente ou inconscientemente, a influência do campo revolucionário», escreve um estudioso muito arguto, concluindo que «o fascismo se mascara frequentemente com a imagem dos seus inimigos»¹³. Nesta pers-

(11) Citado em G. Bortolotto (1938) 384.

(12) Citado em E. Santarelli (1981) I 303.

(13) M. Maruyama (1963) 165-166.

pectiva, a revolta dentro da ordem mais não foi do que a sombra da luta anticapitalista projectando-se no âmbito do capital, a nostalgia da auto-organização no interior dos estritos limites da hetero-organização. Situada no culminar dos paradoxos, nenhuma outra corrente política precisou tanto como o fascismo de recorrer à magia do artista e nenhuma manipulou com tal mestria a versatilidade das palavras. O fascismo não foi tanto uma política, no sentido tradicional do termo, como uma ficção política. Em política «tudo o que parece é», proclamou Salazar¹⁴. O fascismo foi uma política que se reduziu a criar ficções e a apresentá-las como se fossem a única realidade. Só assim, num nível estritamente vocabular e estético, pôde ocorrer a revolta no interior da coesão social, que de outro modo teria sido um insustentável contra-senso. Recordando um passado em que já não acreditava, Dionísio Ridruejo, que fora um dos mais activos propagandistas do fascismo espanhol, confessou com amarga ironia que ele e os seus correligionários haviam chamado «revolução» a uma operação de polícia e a tinham vivido espiritualmente como se o fosse¹⁵. Menos lúcido, ou talvez só mais cínico, mantendo-se até ao final da vida apegado às suas convicções, observou Georges Oltramare, um fascista suíço que havia desempenhado um certo papel nos bastidores, que «se pode ser rebelde desde que não se ponha em causa o património sagrado, as verdades fundamentais»¹⁶. Conservadores na prática e radicais no espírito? Sem dúvida. Mas o espírito alimenta-se também, e as instituições do fascismo tiveram um radicalismo próprio, que cumpre analisar.

A crer numa versão corrente, ainda hoje muito divulgada, o fascismo teria constituído o último recurso do grande capital ameaçado pelas acções vitoriosas do proletariado. Um dos artigos de uma colectânea publicada em Moscovo em 1923 explicava o aparecimento do fascismo pelo perigo que a revolução representava para a sociedade burguesa¹⁷. E nos meados da década de 1920 a oposição trotskista no interior do Partido Comunista russo defendia, contra a absurda identificação entre social-democracia e fascismo, inventada por Zinoviev e prosseguida depois por Stalin, a tese de que a burguesia apelava para a intervenção dos fascistas quando os órgãos repressivos normais eram incapazes de sustentar uma arremetida proletária iminente, enquanto a social-democracia constituía o recurso político da burguesia durante os períodos que precediam o exacerbamento da luta de classes e durante os períodos posteriores às derrotas mais graves das tentativas insurreccionais da classe trabalhadora¹⁸. Esta interpretação dos acontecimentos foi usada em diversos quadrantes ideológicos, e explicaria muita coisa se correspondesse aos factos. Na realidade, porém, quando os fascistas conquistaram as ruas e os campos, para se apoderar em seguida da governação, eles jamais conseguiram ascender em confronto directo com as movimentações revolucionárias dos trabalhadores, mas

(14) Esta frase encontra-se no discurso pronunciado por Salazar aquando da tomada de posse dos novos dirigentes da União Nacional, em 1938, e vem citada em F. Nogueira [1977-1985] III 150.

(15) Citado por H. R. Southworth (1967) 13.

(16) G. Oltramare (1956) 10.

(17) O artigo de N. Mecheriakov encontra-se resumido em B. R. Lopukhov (1965) 242.

(18) L. Trotsky (1969 b) 216-217.

somente após essas movimentações terem sido desarticuladas pelas suas contradições internas¹⁹.

Pelo menos desde 1932 Trotsky mudou de posição e passou a defender insistentemente que o fascismo entrava em cena depois, e apenas depois, de o movimento insurreccional dos trabalhadores ter sido desactivado a partir do seu interior em virtude das hesitações dos chefes revolucionários e do reformismo da social-democracia²⁰. No seu último artigo, cujo esboço ditou pouco antes de ter sido assassinado, ele descreveu a sequência dos acontecimentos: «[...] de cada vez o fascismo é o elo final de um ciclo político específico que inclui as fases seguintes: a crise mais grave da sociedade capitalista; o aumento da radicalização da classe trabalhadora; o aumento da simpatia para com a classe trabalhadora e o anseio de mudança por parte da pequena burguesia rural e urbana; a indecisão extrema da grande burguesia; as suas manobras cobardes e traiçoeiras com o intuito de evitar que a revolução chegue ao apogeu; a exaustão do proletariado; uma indecisão e uma indiferença crescentes; o agravamento da crise social; o desespero da pequena burguesia, o seu anseio de mudança; a neurose colectiva da pequena burguesia, a sua propensão a acreditar em milagres, a sua propensão a medidas violentas; o aumento da hostilidade para com o proletariado, que não correspondeu às suas esperanças. Estas são as premissas da formação rápida de um partido fascista e da sua vitória»²¹.

Todavia, o relacionamento entre o fascismo e as contradições internas do movimento operário não parece ter ocupado a generalidade dos historiadores e dos analistas políticos, o que é bastante curioso. A manutenção de alguns mitos e, ao mesmo tempo, o apego a certas indecisões fatais dependem de se apresentar o fascismo e o movimento operário como dois mundos distintos e separados, em vez de se desvendarem os mecanismos que levaram a dissolução de um a gerar a ascensão do outro. Sempre que se confrontou com o movimento operário organizado, o fascismo só alcançou a hegemonia depois de haver desaparecido do horizonte a alternativa social incorporada pelas manifestações de luta colectivas e activas, e desde que, por outro lado, persistissem entre os trabalhadores todos os motivos de insatisfação. Com o abandono da esperança revolucionária a hostilidade de classe assumia a forma degenerada do ressentimento. Diluídas as redes de solidariedade, os trabalhadores deixavam de aparecer como membros de uma classe e apresentavam-se como

(19) M. V. Cabral (1976) 878, 885 e 904-905 faz esta constatação nomeadamente no caso português, que não vou analisar neste capítulo.

(20) Em *What Next? Vital Questions for the German Proletariat*, publicado em 1932 e antologado em G. L. Weissman (org. 1970) 6, Leon Trotsky escreveu: «O fascismo italiano foi a consequência imediata da traição pelos reformistas da sublevação do proletariado italiano [...] A desarticulação do movimento revolucionário [de Setembro de 1920] tornou-se o factor mais importante do crescimento do fascismo». «Não há excepções a esta regra», voltou Trotsky a afirmar em «Some Questions on American Problems», *Internal Bulletin*, Socialist Workers Party, Setembro de 1940, reproduzido em G. Breitman et al. (orgs. 1969) 69. «O fascismo só surge quando a classe operária se mostra completamente incapaz de tomar nas suas próprias mãos o destino da sociedade». Esta passagem encontra-se igualmente em George Lavan Weissman, *op. cit.*, 27-28.

(21) L. Trotsky, «Bonapartism, Fascism and War (His Last Article)», *Fourth International*, Outubro de 1940, reproduzido em G. Breitman et al. (orgs. 1969) 120-123. A passagem citada vem nas págs. 121-122 e encontra-se também antologada em G. L. Weissman (org. 1970) 29.

elementos das massas. Uma massa agitada pelo descontentamento, mas já sem qualquer esperança que não se cingisse à sociedade existente – eis a base popular da revolta dentro da ordem. Foi nessa gente que o fascismo se apoiou para eliminar as chefias operárias tradicionais, para isolar as vanguardas combativas e para reorganizar o Estado consoante um novo modelo totalitário, e fê-lo com tanto mais facilidade quanto o refluxo do movimento revolucionário havia deixado frágil a base de sustentação de socialistas e comunistas, e a repressão conduzida contra os trabalhadores mais ousados comprometera qualquer prestígio de que os governos liberais tivessem podido gozar entre a população humilde. O triunfo do fascismo só começa a entender-se, em suma, se recordarmos que nessa ocasião as formas sociais inovadoras criadas pelo movimento operário haviam já sido derrotadas e tinham degenerado. Esta foi uma regra sem excepções, e encontra uma perfeita ilustração no primeiro de todos os fascismos.

2. ITÁLIA: «HOJE A VOSSA VEZ JÁ PASSOU!»

Em Itália os fascistas lançaram as suas milícias contra um proletariado que estava já internamente desorganizado pela dissolução das relações de solidariedade criadas na luta, e contra uma vanguarda revolucionária que o recuo da base deixara isolada e, por isso, condenada à burocratização²². O levantamento da classe trabalhadora dos campos e das cidades, que começou a esboçar-se em meados de Junho de 1919 e no mês seguinte incendiara todo o país, revelou que as direcções sindicais e as principais chefias do Partido Socialista não estavam, no melhor dos casos, preparadas para o confronto directo com o capital ou, na pior alternativa, eram francamente avessas a qualquer agudização da luta de classes²³. Um historiador descreve a situação observando que «faltavam horizontes e perspectivas, forças e instrumentos, para dar uma saída política a uma luta de princípios»²⁴. Na verdade, a insurreição do proletariado agrícola e dos operários da indústria, que se reproduziu em novos surtos durante a segunda metade daquele ano e ao longo do ano seguinte, ultrapassou os quadros partidários e sindicais e gerou as suas próprias formas de organização, comités locais e assembleias de empresa, onde se manifestavam princípios de igualitarismo e de democracia de base inteiramente opostos ao modelo hierarquizado e autoritário que inspira os sindicatos e as instituições políticas centralizadas. Não espanta a perplexidade dos dirigentes tradicionais da classe trabalhadora, relutantes, por um lado, em perder o prestígio junto da base, mas que, por outro lado, não podiam consentir a destruição do sistema burocrático, do qual lhes vinha toda a autoridade de que gozavam.

(22) R. De Felice (1978) 207 n. 8 comenta «o facto de apenas poucos observadores políticos [...] terem posto o problema de saber porque é que a reacção fascista só se desencadeou depois de o movimento socialista ter entrado na sua fase decrescente [...]». Ver igualmente A. Lyttelton (1982) 61.

(23) G. Bortolotto (1938) 346-350, 356-357; E. Santarelli (1981) I 127-131, 190-191, 196, 198, 199, 204-205.

(24) E. Santarelli (1981) I 199.